

## O custo tributário nas empresas brasileiras de energia elétrica: uma análise por meio da Demonstração do Valor Adicionado

### *The tax cost in Brazilian energy companies: an analysis through the Statement of Value Added*

Joice Denise Schafer <sup>1</sup>  
Jonatan Marlon Konraht <sup>2</sup>  
Luiz Felipe Ferreira <sup>3</sup>

#### **Resumo**

A distribuição de riqueza feita pelas empresas ao Estado, e apresentada na DVA, releva o montante do custo tributário suportado pelas empresas. No entanto, este valor não coincide necessariamente com a carga tributária média divulgada pelos órgãos oficiais, uma vez que cada empresa apresenta peculiaridades tributárias que vão desde atividades com menor ônus até incentivos tributários oferecidos pelo Estado. Neste sentido, a presente pesquisa analisa a relação entre a carga tributária e o valor adicionado, com o objetivo de identificar os custos tributários suportados pelas empresas do setor de energia elétrica, atuantes na BM&FBOVESPA, comparado à riqueza gerada. Para alcançar o objetivo do estudo, comparou-se a carga tributária média das empresas de maior e menor montante de valor adicionado. Os dados foram analisados através do teste de médias de Mann-Whitney. No tocante às tipologias de delineamento, a pesquisa classifica-se como exploratória, quanto ao objetivo; bibliográfica e documental, quanto aos procedimentos; e, quantitativa, quanto à abordagem do problema. O setor analisado foi o de energia elétrica, sendo que o horizonte temporal analisado compreendeu os períodos de 2007 a 2013, o que totalizou 289 observações. Os resultados indicam que, durante o período analisado, as empresas que geraram valores mais elevados de riqueza foram tributadas em percentuais inferiores àquelas que geraram menos riqueza. Assim, concluiu-se que existe uma relação negativa entre o valor adicionado e a carga tributária, nas empresas estudadas, a um nível de confiabilidade de 95%.

**Palavras-chave:** Custo Tributário. Valor Adicionado. Demonstração do Valor Adicionado.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Mestrado em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil. Contato: [schafer.joice@gmail.com](mailto:schafer.joice@gmail.com)

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Mestrando em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil. Contato: [jonatan\\_marlon@hotmail.com](mailto:jonatan_marlon@hotmail.com)

<sup>3</sup> Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí, Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Professor adjunto III do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina., Brasil. Contato: [luiz.felipe@ufsc.br](mailto:luiz.felipe@ufsc.br)

## **Abstract**

*The distribution of wealth done by the companies to the state, and presented at the DVA, highlights the amount of the tax cost incurred by companies. However, this value does not necessarily coincide with the average tax burden disclosed by official agencies, because each company has tax peculiarities ranging from activities with less burden to tax incentives offered by the state. In this sense, this research examines the relationship between the tax burden and the value added, in order to identify the tax costs incurred by companies in the electricity sector, working in the BM & FBOVESPA, compared to the wealth generated. To achieve the objective of the study, was compared the average tax burden of companies with the highest and lowest amount of added value. Data were analyzed by means of the Mann-Whitney test. Regarding design typologies, the research is classified as exploratory, as the goal; bibliographical and documentary, about the procedures; and quantitative, on the approach to the problem. The analyzed was the electricity sector and the time horizon understood the periods 2007 to 2013, totaling 289 observations. The results indicate that during the analysis period, companies that generated higher levels of wealth were taxed at lower percentage to those who generated less wealth. Thus, it was concluded that there is a negative relationship between the added value and the tax burden, the companies studied, at a 95% confidence level.*

**Keywords:** *Tax cost. Value Added. Statement of Value Added.*

## **1 Introdução**

A contabilidade evolui simultaneamente ao cenário econômico e financeiro, disponibilizando aos usuários informações contábeis e demonstrações necessárias para subsidiar a tomada de decisão, demonstrando o comprometimento da empresa diante da sociedade. Segundo Marion (2009), o cenário contábil primitivo era caracterizado por produzir informações de natureza patrimonial, econômica e financeira apenas para os proprietários da entidade contábil. No cenário moderno, no entanto, as informações contábeis não são dirigidas apenas aos proprietários das empresas, mas, sim, a todos os agentes interessados nas informações da mesma.

Neste contexto contemporâneo, destaca-se a Lei 11.638/07, que trouxe grandes avanços na divulgação de informações de caráter social, ao estabelecer para as Sociedades Anônimas de Capital Aberto a obrigação de elaborar e divulgar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). A DVA evidencia a riqueza gerada pela empresa, bem como a distribuição dessa riqueza aos agentes sociais que contribuíram para a sua formação (CPC, 2010). Os agentes sociais que se beneficiam do valor adicionado pelas empresas são: Empregados, Acionistas, Estado (Governo) e Financiadores (TINOCO, 2009). Até então, informações dessa natureza não eram divulgadas em nenhum outro relatório contábil destinado ao público externo.

A relevância da temática têm instigado os pesquisadores da área a investigar as contribuições deste relatório à sociedade, a partir das novas informações disponibilizadas. Lorandi e Alexandre (2011), em pesquisa bibliométrica, investigaram 14 artigos que tratavam do tema DVA de empresas que atuam em diversos setores. Os autores constataram que o agente social que reteve a maior parcela da riqueza gerada pelas empresas, no Brasil, nos anos de 2000 a 2003, foi o governo.

A mesma conclusão foi obtida por Cunha, Ribeiro e Santos (2005), ao analisarem 416 empresas, de diferentes setores, que apresentaram as Demonstrações do Valor Adicionado, durante 1999 e 2003. Estes pesquisadores constataram, ainda, que a parte da riqueza destinada ao governo ultrapassou, em alguns casos, o percentual correspondente à carga tributária média nacional. Estas constatações tornam-se relevantes em função do impacto que os tributos têm sobre a sociedade. Neste sentido, Gallo (2007) considera que a cobrança de tributos por parte do governo reflete diretamente sobre a população e sobre as empresas, sendo que, na população, reduz a capacidade de consumo e, nas empresas, diminui o capital de investimento.

Por outro lado, conforme destaca a Receita Federal do Brasil (2013), a quantidade de tributos diretos e indiretos pagos pelos cidadãos e empresas brasileiras, nos anos de 2001 a 2012, correspondeu a aproximadamente 34% do Produto Interno Bruto (PIB) produzido pelo Brasil. Igualmente, o PIB brasileiro mostrou-se ascendente neste mesmo período, passando de R\$ 3,77 trilhões para R\$ 4,84 trilhões, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

Tal situação leva ao entendimento de que, se o PIB e a carga tributária aumentarem, maior será a parcela da riqueza gerada pelas empresas que será destinada a remunerar o governo e menor será a parte destinada a outros agentes econômicos que também colaboram para a geração de riqueza pela entidade. Além disso, a elevação da carga tributária representa maiores custos para estas empresas, uma vez que os tributos oneram o sistema produtivo através de sua incidência nos fatores de produção. Dentre estes fatores, destacam-se a mão de obra, insumos e investimentos produtivos.

Em contraponto, ressalta-se que os incentivos fiscais oferecidos pelo Estado às empresas, muitas vezes beneficiadas por regimes tributários especiais, acabam por resultar em menor incidência tributária a algumas empresas. Neste sentido, estas empresas têm custos produtivos menores, o que pode representar uma vantagem competitiva destas empresas frente às demais. Conseqüentemente, as empresas com cargas tributárias mais elevadas podem ter maiores dificuldades de se manterem no mercado, mesmo que executem um sistema de gestão de custos mais eficiente. Para Santos (2003) a tributação incide muito mais sobre a produção do que sobre o lucro. Além disso, o autor levanta um questionamento referente ao tamanho das empresas e a carga tributária suportada pelas mesmas, o qual consiste em empresas que geram mais valor adicionado serem tributadas em percentuais acima das demais.

Bispo, Calijuri e Lima (2009) propuseram-se a verificar a relação existente entre o tamanho das empresas, medido pelo faturamento, e o valor destinado ao governo em um estudo aplicado em 461 empresas de vários setores, no período de 2001 a 2005. Por meio de testes de médias comprovaram a existência de diferenças significativas de cargas tributárias entre os diversos tamanhos de empresas. Kronbauer *et al.* (2009) corroboram estes resultados ao constatarem que as empresas de menor Patrimônio Líquido têm cargas tributárias superiores às empresas maiores.

Assim, considerando os benefícios fiscais ofertados, o valor adicionado produzido pelas empresas, a hipótese levantada por Santos (2003), e os resultados apresentados pelas pesquisas de Bispo, Calijuri e Lima (2009) e Kronbauer *et al.* (2009), o estudo em questão tem o objetivo de elucidar a seguinte problemática: Qual o custo tributário suportado pelas empresas do setor elétrico brasileiro em relação à riqueza gerada?

No intuito de responder à questão de pesquisa levantada, este estudo tem como objetivo verificar o custo tributário suportado pelas empresas do setor de energia elétrica atuantes na BM&FBOVESPA comparado à riqueza gerada. Sendo assim, buscou-se identificar se as empresas que geram mais riqueza têm ônus tributário superior àquelas que geram menor riqueza.

Neste contexto, a proposição de investigar o comportamento entre a geração de riqueza e o ônus tributário justifica-se por dar continuidade ao debate sobre as formas como o Estado age para tributar as empresas, assim como, permite analisar se há um comportamento equânime entre as variáveis estudadas. Os resultados do estudo podem servir para a adoção de um planejamento tributário voltado a aproveitar os benefícios fiscais oportunizados pelo governo, o que contribui para a redução dos custos empresariais.

## **2 Revisão da literatura**

Os conceitos abordados na área das Ciências Sociais Aplicadas são difundidos em vários ramos de estudo, podendo apresentar conceitos diferentes, dependendo do enfoque dado à pesquisa. Neste estudo, portanto, são abordados os conceitos referentes à Demonstração do Valor Adicionado, à carga tributária e ao setor industrial, a fim de dar suporte teórico e contextualizar o leitor com o tema objeto de estudo.

### **2.1 Demonstração do Valor Adicionado**

A implantação da Lei nº 11.638/07, que alterou e revogou dispositivos da Lei nº 6.404/76, trouxe consigo a obrigatoriedade da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado para todas as empresas de Capital Aberto, ao término de cada exercício social, sendo os critérios de elaboração e apresentação estabelecidos pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral - NBC TG 09 (2008).

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um dos relatórios que integram o Balanço Social, embora, tenha-se observado, em alguns casos, que a DVA não é apresentada no conjunto de relatórios do Balanço Social, mas, sim, juntamente com as demais Demonstrações Contábeis Societárias (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005).

Segundo Santos e Hashimoto (2003), a DVA evidencia a riqueza gerada e a forma como essa riqueza é distribuída aos agentes que participaram da formação deste valor agregado pela empresa. Cunha (2002) complementa que a DVA não evidencia apenas a riqueza gerada pela companhia que a elaborou como também o valor adicionado (VA) recebido de terceiros.

Lorandi e Alexandre (2011) ainda acrescentam que, no Brasil, a sua elaboração utiliza-se do conceito contábil de riqueza gerada. Marion (2009, p. 513) corrobora com esse entendimento ao afirmar que “[...] a DVA mostra a riqueza criada pela empresa (o PIB da empresa) e como essa riqueza é distribuída, ou transferida”.

De Luca (1991, p. 45-46), citado por Cunha (2002, p. 45), ao discorrer sobre a utilidade da DVA, complementa que:

À sociedade de um modo geral, a Demonstração do Valor Adicionado permite a avaliação das condições do Estado em proporcionar benefícios para a comunidade com base no valor dos impostos apresentados. Permite ainda, avaliar a contribuição da empresa para a região; se a empresa está gerando riqueza ou, se, vende muito mas compra muito e pouco agrega valor aos seus insumos gerando pouca riqueza para a comunidade onde está inserida.

Szymczak e Leão (2009, p. 4) acrescentam que a função da DVA é evidenciar “[...] a contribuição que a empresa traz para a sociedade onde está inserida [...]”. Os autores ainda complementam que a DVA evidencia a forma como a empresa distribui o Valor Adicionado aos empregados, financiadores, governo e acionistas, além do montante reinvestido na própria empresa.

O valor distribuído ao pessoal abrange todos os pagamentos e benefícios feitos pela empresa àqueles que aportaram sua força de trabalho a ela, ou seja, aos empregados, como também aos diretores (NBC TG 09, 2008). Para Gallizo (1990), citado por Almeida *et al.*

(2009, p. 136), a parcela do Valor Adicionado que é destinada aos trabalhadores é “[...] uma das mais importantes entre os diversos grupos que participam do valor adicionado.”

A riqueza distribuída ao Estado é composta por todos os tributos recolhidos pela empresa aos governos Federal, Estaduais e Municipais (SANTOS, 2003). A DVA torna-se útil para a análise comparativa da carga tributária suportada pelas empresas integrantes de diferentes setores e segmentos, possibilitando a identificação dos grupos que mais contribuem (KROETZ; NEUMANN, 2002; COSENZA, 2003, *apud* ALMEIDA *et al.* 2009).

A distribuição da riqueza a terceiros corresponde aos juros e aluguéis que a empresa paga aos fornecedores de capitais externos aplicados na empresa. Enquanto a distribuição do Valor Adicionado aos acionistas representa a remuneração dos proprietários da empresa por razão da aplicação de seus capitais próprios ao empreendimento. (SANTOS, 2003).

## 2.2 Custo tributário nas empresas brasileiras

Segundo Santos (2003), os tributos incidentes sobre as empresas são valores que o Estado recolhe durante as atividades das mesmas. Estes valores arrecadados são compostos por impostos, taxas e contribuições. O total da distribuição da riqueza gerada ao Estado, em forma de tributos, evidencia a carga tributária suportada, tornando possível a identificação da forma como os governos tributam as empresas. (SANTOS, 2003).

Considerando as finalidades e as consequências dos tributos, Gallo (2007, p. 115) afirma que “Além de fornecer recursos financeiros ao Estado, os tributos podem interferir na economia privada, incentivando setores de atividades, ramos econômicos ou regiões, ou ainda desestimulando o consumo de certos bens [...]”.

A parcela que é retirada da economia para o pagamento de impostos, taxas e contribuições representa a carga tributária, ou seja, o termo refere-se aos tributos pagos diariamente pelos indivíduos e empresas às três esferas do governo: municipal, estadual e federal (PÊGAS, 2011; CREPALDI, 2012). Desta forma, em se tratando de carga tributária nacional, esta corresponde à média de tributos pagos pela sociedade brasileira.

De acordo com Santos (2003, p. 239), “a carga tributária, ou carga fiscal, consiste na relação entre os tributos e o valor adicionado”. O autor apresenta ainda a fórmula de cálculo da carga tributária líquida, ou seja, a proporção do Produto Nacional destinado ao governo por meio de uma adaptação do cálculo apresentado anteriormente por Simonsen (1985). Definindo *ID* como os impostos diretos e *Tr* como as transferências feitas a consumidores (pensões, aposentadorias, auxílios, entre outros), *II* como os impostos indiretos e *Subs* como subsídios oferecidos as empresas, *CPF* como as contribuições parafiscais (INSS, FGTS, PIS e outros) e o *PNB* como o Produto Nacional Bruto.

$$ctl = \frac{(ID - Tr) + (II - Subs) + CPF}{PNB} * 100$$

A Figura 1 apresenta a carga tributária média brasileira no período de 2002 a 2012, conforme apurados e divulgados pela Receita Federal do Brasil. Os valores correspondem à razão do montante de tributos arrecadados pela União, estados e municípios em relação ao PIB do período, isto é, o percentual que os tributos correspondem em relação ao PIB. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2013).

Destaca-se que a Receita Federal do Brasil adota dois métodos para calcular a carga tributária média. O primeiro, denominado carga tributária bruta, corresponde ao percentual dos tributos incluindo os parcelamentos tributários arrecadados. O segundo, denominado carga tributária líquida, corresponde ao montante percentual arrecadado desconsiderando-se os parcelamentos tributários. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2013).

Figura 1 – Carga tributária média brasileira

Fonte: Receita Federal (2013).

Quando se tratar da mensuração da carga tributária exclusivamente de uma empresa, o instrumento mais adequado para fazer essa aferição é a DVA, pois evidencia o ônus tributário da empresa em relação à riqueza gerada por ela. A análise deste relatório possibilita a apreciação quantitativa e qualitativa dos tributos suportados por uma empresa, além de servir como instrumento de comparação entre empresas e evidenciar o percentual do Valor Adicionado que foi transferido ao Estado. (SANTOS, 2003).

### 2.3 Setor elétrico e tributos incidentes

O setor elétrico é a quinta maior economia do Brasil. No ano de 2012 apresentou um PIB de 257 bilhões (5,8% do PIB brasileiro) (COPEL, 2013). Suas atividades são divididas em geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica (CABRAL, 2012). No entanto, este setor está sujeito a uma grande quantidade de tributos, os quais elevam os seus custos produtivos. O Quadro 1 apresenta os tributos incidentes sobre este setor.

Quadro 1 – Tributos aplicados ao setor elétrico

Sigla	Denominação
IRPJ	Imposto
ICMS	Imposto
ISS	Imposto
Imposto de importação	Imposto
IPI	Imposto
CSLL	Contribuição
PIS/PASEP	Contribuição
COFINS	Contribuição
CIDE	Contribuição
INSS	Contribuição
Salário educação	Contribuição
FGTS	Contribuição
Sistema S	Contribuição

Fonte: Adaptado de Kronbauer *et al.* (2009).

Além dos impostos e contribuições apresentados na Quadro 1 incidem sobre as empresas do setor os encargos setoriais. Segundo Kronbauer *et al.* (2009, p. 8), “Os encargos setoriais são todos os custos específicos do setor elétrico”.

Conforme Cabral (2012), atualmente existem os seguintes encargos setoriais:

- Conta de Desenvolvimento Energético – CDE;
- Conta de Consumo de Combustível – CCC;
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA;
- Encargos de Serviços do Sistema – ESS;
- Reserva Global de Reversão – RGR,
- Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE,
- Operador Nacional do Sistema – NOS;
- Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética – P&D;
- Compensação Financeira Pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH; e
- Encargo de Energia de Reserva – EER.

Estes encargos setoriais são os maiores responsáveis pelo aumento contínuo da carga tributária ocorrida no Brasil, afirma Cabral (2012). De acordo com o autor, em 1998 havia apenas seis encargos setoriais, que somavam 3,60% da carga tributária do setor. Em 2004, quando foram criados dois novos encargos a alíquota atingiu 10,83% e, em 2010, os mesmos encargos representaram 19% da carga tributária do setor.

### 2.4 Estudos anteriores inerentes ao tema da pesquisa

Estudos anteriores foram elaborados com o intuito de esclarecer assuntos relacionados à demonstração do valor adicionado e à carga tributária, alguns inclusive vinculados ao setor de energia elétrica. A revisão da literatura foi baseada nas publicações nacionais, alinhadas com os objetivos do presente estudo, posteriores ao ano 2000 e disponíveis na *Scientific*

*Electronic Library* (SPELL), com a definição das palavras-chaves de busca: Demonstração do Valor Adicionado, DVA e carga tributária.

Foram encontradas três publicações com os objetivos alinhados aos propostos pela presente pesquisa. Estes trabalhos foram os de Santos e Hashimoto (2003), Bispo, Calijuri e Lima (2009) e Kronbauer *et al.* (2009).

Santos e Hashimoto (2003) realizaram um estudo com o objetivo de evidenciar alguns aspectos que devem ser considerados na elaboração e na análise da DVA, e identificar a carga tributária suportada pelas empresas. A pesquisa foi realizada no período de 1996 a 2001, iniciou com a DVA de 499 empresas e finalizou (em 2001) com 1.017 empresas que atuavam no Brasil. Os resultados evidenciaram que a carga tributária suportada pelas empresas é bastante superior àquela divulgada pelas entidades governamentais e que os setores produtivos da economia são mais tributados do que, por exemplo, o setor bancário.

Bispo, Calijuri e Lima (2009) investigaram a relação existente entre o tamanho das empresas, medido pela Receita de Vendas, e o valor destinado ao governo, apresentado na DVA. O estudo teve como amostra 461 empresas de vários setores, no período de 2001 a 2005. Por meio de testes de médias, os autores constataram que existe diferenças significativas entre as cargas tributárias dos diversos tamanhos de empresas. Os resultados, porém, não identificaram a direção das diferenças, ou seja, sem especificar se as maiores cargas tributária são suportadas pelas maiores ou menores empresas.

Kronbauer *et al.* (2009), por sua vez, analisaram a carga tributária evidenciada por 17 empresas brasileiras do setor de energia elétrica no ano de 2006. Os resultados demonstraram que: i) no âmbito das empresas pesquisadas, as informações tributárias são pouco evidenciadas; ii) a carga tributária se identifica com maior frequência na demonstração de resultado; iii) as companhias da amostra não apresentam o mesmo padrão de divulgação das informações; iv) as empresas limitam-se a divulgar as informações exigidas por leis; v) a carga tributária evidenciada pelas empresas da amostra possui relação direta com a atividade preponderante desenvolvida, é maior nas empresas de distribuição e comercialização e menor nas empresas de geração e transmissão; vi) quando classificadas as empresas de acordo com o valor do Patrimônio Líquido, pode-se sugerir maior carga de tributos nas menores empresas; vii) quando classificadas por liquidez, as com melhor liquidez teriam maior carga tributária.

A presente pesquisa alinha-se com as citadas acima, porém busca analisar a carga tributária sob uma ótica inédita. Assim: como Santos e Hashimoto (2003), esta pesquisa pretende investigar a carga tributária suportada pelas empresas; como Bispo, Calijuri e Lima (2009) e Kronbauer *et al.* (2009) verificar a relação entre a carga tributária suportada pelas empresas do setor elétrico e o tamanho das empresas. O estudo, porém, trás como principal diferencial das pesquisas anteriores a utilização do valor adicionado como o *proxy* para o tamanho das empresas buscando uma relação entre esta e o custo tributário das empresas do setor.

### **3 Metodologia**

Segundo Raupp e Beuren (2009), devido às particularidades da Contabilidade, as tipologias de delineamentos dos estudos realizados neste campo científico dividem-se, principalmente, em três categorias, também denominadas de tipologias: pesquisa quanto aos objetivos, pesquisa quanto aos procedimentos e pesquisa quanto à abordagem do problema

Quanto aos objetivos, esta pesquisa classificou-se como exploratória, pois buscou aprofundar os conhecimentos existentes sobre o assunto. Essa classificação baseia-se no entendimento de Raupp e Beuren (2009, p. 80), os quais destacam que a pesquisa exploratória busca “[...] conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa”.

Quanto aos procedimentos adotados para o alcance dos objetivos do estudo, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental. Conforme Silva (2003), a pesquisa bibliográfica fornece dados para qualquer outro tipo de pesquisa ou pode esgotar-se em si mesma. Segundo este entendimento, o presente estudo situa-se no primeiro enquadramento, pois buscou na literatura apoio teórico para a inserção conceitual e fundamentação do desenvolvimento do estudo.

A classificação da pesquisa como documental pauta-se no entendimento de Silva e Grigolo (2002), citados por Raupp e Beuren (2009), que destacam que este procedimento é o que se utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado.

Raupp e Beuren (2009, p. 92) afirmam que “[...] a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados [...]”. Nesse sentido, quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa, pois utilizou métodos estatísticos para alcançar a resposta do problema de pesquisa.

### **3.1 População e amostra**

O universo investigado por este estudo constituiu-se nas Sociedades Anônimas de Capital Aberto listadas na BM&FBOVESPA, no dia 30 de junho de 2014. Entretanto, devido ao grande número de empresas que integram o universo, decidiu-se pela utilização de uma amostragem não probabilística intencional do total de empresas. Assim, integraram a amostra desta pesquisa as empresas do segmento de energia elétrica, listadas na BM&FBOVESPA.

Optou-se por este segmento pois o mesmo apresenta o maior número de empresas, dentre os segmentos da BM&FBOVESPA, o que agrega robustez aos resultados estatísticos. Além disso, este segmento é um dos mais relevantes para a economia brasileira, em termos de geração de valor econômico, o qual corresponde a aproximadamente 5,8% do PIB nacional, segundo a COPEL (2013).

Os dados foram coletados do sítio da *internet* da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O horizonte temporal desta investigação abrangeu os períodos de 2007 a 2013. Foram excluídas da amostra as empresas que desenvolvem a atividade de *holding*, isto é, que tem como atividade principal a participação societária em outras empresas, por conta da tributação destas empresas ser diferenciada. O mesmo critério foi adotado por Kronbauer *et al.* (2009).

Após análise preliminar dos dados, foram excluídas da análise do período as empresas que apresentaram valor adicionado ou destinação de riqueza em forma de tributos em valores negativos naquele ano, por tal situação impossibilitar o cálculo da carga tributária real e distorcer o caráter inferencial da pesquisa.

O valor adicionado negativo ocorre quando a organização não consegue obter saldo positivo de agregação de valor. Isto pode acontecer, por exemplo, quando a empresa realiza compras em montante superior ao das vendas, no mesmo período. Já a destinação de tributos em valores negativos pode ocorrer quando o crédito tributário suplanta os débitos tributários.

Além disso, foi observado que algumas empresas não apresentaram todas as informações necessárias durante o período estudado. Assim, as empresas que não apresentaram a DVA em determinado período (ausência de dados) ou que apresentaram a demonstração, mas de forma incompleta, isto é, sem informar o montante de valor adicionado ou distribuição em forma de tributos, não integraram a amostra deste período.

Dessa forma, a amostra de dados ficou composta conforme consta na Tabela 1.

Tabela 1 – Composição da amostra

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Empresas listadas no segmento de energia elétrica	67	67	67	67	67	67	67
(-) <i>Holdings</i>	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)	(22)
(=) Empresas com atividade de geração, transmissão, distribuição e comercialização	45	45	45	45	45	45	45
(-) Dados ausentes ou incompletos	(7)	(4)	(1)	-	(7)	-	-
(=) Empresas com dados completos	38	41	44	45	38	45	45
(-) Empresas com VA ou CT negativos	(2)	-	(1)	(1)	(1)	(2)	-
(=) <b>Empresas integrantes da amostra</b>	<b>36</b>	<b>41</b>	<b>43</b>	<b>44</b>	<b>37</b>	<b>43</b>	<b>45</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados foram analisados desconsiderando-se a inflação do período. Este critério não distorceu as interpretações, pois, a apuração da carga tributária é feita através do escalonamento do valor adicionado distribuído em forma de tributos pelo valor adicionado total do mesmo período. Assim, é possível comparar as cargas tributárias de diferentes períodos por conta desta ser representada de forma proporcional à riqueza gerada.

### 3.2 Hipótese de pesquisa

Baseado no objetivo deste estudo, que é verificar qual o comportamento existente entre o valor adicionado pelas empresas e a carga tributária suportada por elas, foram formuladas duas hipóteses para os resultados desta pesquisa, sendo que a Hipótese 0 (H0) supõe a nulidade de relação entre carga tributária e montante de valor adicionado, e a Hipótese 1 (H1), sugere o montante de valor adicionado influi sobre a carga tributária das empresas, ou seja:

**H0: As empresas que geram maior e menor montante de valor adicionado apresentam cargas tributárias iguais.**

**H1: As empresas que geram maior e menor montante de valor adicionado apresentam cargas tributárias diferentes.**

De acordo com o referencial teórico apresentado, principalmente, com as pesquisas de Bispo, Calijuri e Lima (2009) e Kronbauer *et al.* (2009), o estudo tende a demonstrar a rejeição da H0.

### 3.3 Procedimentos estatísticos

Para o tratamento dos dados utilizou-se da análise descritiva. Conforme entende Contandriopoulos *et al.* (1994), citados por Colauto e Beuren (2009, p. 139), “[...] a análise descritiva dos dados é utilizada para relatar o comportamento de uma variável em uma população ou no interior de uma subpopulação, utilizando para a análise dos dados os instrumentos disponibilizados pela estatística”.

Para a análise estatística, dividiu-se, as empresas em dois grupos, tendo como referência o posicionamento do montante do valor adicionado por ela em relação à mediana do segmento. Assim, as empresas foram divididas nos grupos abaixo e acima da mediana. O grupo com valor adicionado abaixo da mediana representa as empresas que geraram menor riqueza, o qual foi denominado Grupo 1; o segundo representa as empresas que adicionaram maior riqueza, o qual foi identificado como Grupo 2. Posteriormente, foram comparadas as médias das cargas tributárias de cada grupo através de teste de médias, cuja finalidade é verificar se existe diferença estatisticamente significativa entre a carga tributária média dos dois grupos.

Utilizou-se o teste de médias não paramétrico de Mann-Whitney, pois os grupos não apresentam mais de 30 elementos. Dessa forma, a utilização de um teste não paramétrico

mostra-se mais adequado, por conta de não necessitar das suposições exigidas pelos métodos paramétricos, no que se refere aos dados de análise. (BRUNI, 2009).

Os dados de cada ano foram analisados separadamente, isto é, cada período correspondeu a um teste estatístico independente quanto à comparação das médias dos dois grupos, bem como o posicionamento de cada empresa pode variar em cada ano, de acordo com seu valor adicionado e a mediana do segmento de cada período.

O tratamento estatístico dos dados foi realizado no *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 21. Foi adotada confiabilidade de 95% nos resultados estatísticos, o que indica uma significância de 5% ( $P$ -valor: 0,05).

#### **4 Análise e interpretação dos resultados**

Esta seção evidencia a análise dos dados coletados, bem como os testes estatísticos para responder à hipótese de pesquisa.

A Figura 2 apresenta a comparação da carga tributária bruta nacional, medida pela relação entre todos os tributos arrecadados pela União, estados e municípios, com a carga tributária das empresas integrantes da amostra, as quais constam na Tabela 1. A carga tributária nacional do ano de 2013 ainda não foi divulgada, portanto, a comparação limita-se ao ano de 2012.

A carga tributária do setor elétrico corresponde à média aritmética das cargas tributárias das empresas deste setor. Esta última foi calculada a partir da DVA das empresas, conforme método apresentado por Santos (2003) e descrito na seção de Revisão da Literatura. Este método consiste na relação entre a participação do Estado na distribuição do valor adicionado das empresas e a riqueza gerada por elas.

Figura 2 – Comparação da carga tributária nacional e do setor elétrico

Fonte: Receita Federal (2013) e dados da pesquisa.

De acordo com a Figura 2, é constatado que as empresas do setor elétrico arcam com custos tributários reais acima da carga tributária média nacional. Assim, depreende-se que a parcela da riqueza que é entregue ao Estado, por estas empresas, é maior do que a parcela geral apurada em relação ao PIB nacional.

A Figura 3 apresenta comparativamente a evolução da média de valor adicionado e do custo tributário médio suportado pelas empresas do setor elétrico ao longo dos anos investigados por esta pesquisa. Ambas as variáveis são analisadas através de números índices, e tem como base os valores do ano de 2007.

Constata-se que ambas as variáveis oscilaram aumentos e reduções em seus valores médios, não sendo possível identificar uma tendência ou relação entre as variações. Todavia, constata-se que tanto o valor adicionado quanto o custo tributário aumentaram em relação a

2007, o que significa que, em média, as empresas estão agregando mais riqueza em suas atividades e gerando mais riqueza ao Estado.

Figura 3 – Evolução do valor adicionado e do custo tributário das empresas do setor elétrico

Fonte: dados da pesquisa.

Constata-se que ambas as variáveis oscilaram aumentos e reduções em seus valores médios, não sendo possível identificar uma tendência ou relação entre as variações. Todavia, constata-se que tanto o valor adicionado quanto o custo tributário aumentaram em relação a 2007, o que significa que, em média, as empresas estão agregando mais riqueza em suas atividades e gerando mais riqueza ao Estado.

Além disso, constata-se que em dois períodos o custo tributário médio elevou-se em proporção superior ao valor adicionado pelas empresas. Isto ocorreu nos anos de 2010 e 2012.

Dentre as implicações desta constatação, está o fato de que, nestes anos, as empresas que não conseguem agregar mais valor no desenvolvimento de suas operações, tenderam a reduzir o montante de riqueza distribuída aos demais agentes sociais, uma vez que a participação do Estado está percentualmente maior.

Este fenômeno pode ser explicado pela análise da Figura 2, onde se observa que nos anos de 2010 e 2012 houve um acréscimo na carga tributária das empresas do setor elétrico.

No tocante à hipótese de pesquisa H1, para respondê-la, as empresas foram divididas em dois grupos: Grupo 1, que abrange as empresas com valor adicionado em montante inferior à mediana; e, Grupo 2, que compreende as empresas com valor adicionado em montante superior à mediana. A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das empresas em relação ao seu VA.

O valor da mediana foi utilizado como referência para a separação dos dois grupos que, posteriormente, tiveram seus custos tributários médios comparados.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas do VA das empresas (mil R\$)

Ano	Mínimo	Média aritmética	Mediana	Máximo
2007	533	1.429.022	1.094.879	6.760.189
2008	691	1.452.166	1.125.460	6.582.213
2009	888	1.762.319	1.297.808	6.684.429
2010	799	1.748.105	1.355.020	7.326.058
2011	1.104	1.627.073	1.297.956	8.086.851
2012	1.424	1.931.200	1.454.283	7.459.930
2013	1.414	1.608.407	1.184.495	6.608.123

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 3 apresenta o custo tributário médio de cada grupo, de acordo com o período divulgado. Destaca-se, todavia, que nos anos de 2008, 2009, 2011, 2012 e 2013 a quantidade

## O custo tributário nas empresas brasileiras de energia elétrica: uma análise por meio da Demonstração do Valor Adicionado

de empresas é menor, em uma unidade, do que a amostra da Tabela 1. Isto aconteceu, pois, a quantidade de empresas somou um número ímpar, o que implicou em haver uma empresa com valor adicionado em montante igual à mediana do período, o que impossibilitou a sua classificação em maior ou menor do que a mediana. Assim, esta empresa foi excluída do teste estatístico do respectivo período.

Tabela 3 – Custo tributário médio em relação à mediana

Ano	Grupo enquadrado	N	Média (%)	Desvio padrão (%)
2007	Grupo 1	18	58,4367	16,1238
	Grupo 2	18	39,6031	27,8862
2008	Grupo 1	20	55,2954	18,9275
	Grupo 2	20	32,9574	22,7434
2009	Grupo 1	21	54,4822	19,6435
	Grupo 2	21	37,5533	21,5424
2010	Grupo 1	22	59,9836	16,1179
	Grupo 2	22	37,0807	22,4995
2011	Grupo 1	18	57,9415	19,5575
	Grupo 2	18	35,1740	29,1203
2012	Grupo 1	21	62,8805	18,0687
	Grupo 2	21	44,5162	29,4806
2013	Grupo 1	22	53,1761	21,1763
	Grupo 2	22	36,6340	23,7760

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os custos tributários médios dos grupos 1 e 2 correspondem à média aritmética dos custos tributários das empresas destes grupos. O custo tributário das empresas foi calculada pela relação entre a participação do Estado na distribuição do valor adicionado das empresas e a riqueza gerada por elas.

Constata-se que, em todos os anos, o Grupo 1 apresentou maior custo tributário, isto é, as empresas que geraram menos riqueza foram oneradas em percentuais mais elevados. No entanto, em ambos os grupos a variação de custo tributário foi bastante alta, o que se justifica pelo desvio padrão das cargas tributárias das empresas.

Assim, para testar se essa diferença encontrada é estatisticamente significativa, foi utilizado o teste de Mann-Whitney. Esse teste comparou se a diferença entre os custos tributários é significativa ao ponto de serem consideradas desiguais. A Tabela 4 apresenta os resultados do teste.

Tabela 4 – Testes de igualdade de médias

Ano	P-valor	Resultado
2007	0,034	Grupo 1 maior média
2008	0,005	Grupo 1 maior média
2009	0,016	Grupo 1 maior média
2010	0,001	Grupo 1 maior média
2011	0,001	Grupo 1 maior média
2012	0,006	Grupo 1 maior média
2013	0,017	Grupo 1 maior média

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com a Tabela 4, constatou-se que, em todos os períodos analisados, os custos tributários foram considerados estatisticamente desiguais entre os dois grupos. Assim, apoiando-se nas médias apuradas na Tabela 3, é constatado que as empresas que apresentaram menor valor adicionado foram tributadas em percentuais superiores.

Conforme os resultados apresentados, rejeita-se a Hipótese 0, que assumia a igualdade de custo tributário. Pode-se, assim, aceitar a hipótese alternativa, que indica que as empresas de maior e menor montante de valor adicionado são tributadas em percentuais distintos.

Assim, constata-se que as diferenças apresentadas na Tabela 3 podem ser consideradas significantes, isto é, as empresas que geram valor adicionado em montantes menores suportam cargas tributárias em percentuais superiores às empresas que geram valor adicionado em montantes mais elevados.

Embora as pesquisas de Bispo, Calijurri e Lima (2009) e Kronbauer *et al.* (2009) tenham adotado como *proxy* do tamanho da empresa variáveis distintas da presente pesquisa, as constatações da presente pesquisa assemelham-se às mencionadas.

Bispo, Calijurri e Lima (2009) utilizaram a Receita de Vendas como *proxy* do tamanho da empresa. Os autores constataram a existência de diferenças entre o custo tributário das empresas, de acordo com o tamanho das mesmas, embora sem a identificação da direção da diferença. Neste sentido, foram corroborados esses resultados na presente pesquisa, pois, também foi constatada diferença significativa do custo tributário em relação ao tamanho da empresa. Além disso, observou-se, na presente pesquisa, que o sentido desta diferença é negativo, isto é, quanto maior o valor adicionado, menor é a carga tributária.

Kronbauer *et al.* (2009) adotaram o saldo do Patrimônio Líquido (PL) como *proxy* do tamanho da empresa. Os autores constataram que, quanto maior o PL, menor a carga tributária das empresas. Dessa forma, as constatações da presente pesquisa reafirmam os resultados mencionados, mesmo que analisados sob óticas distintas.

## **5 Conclusão**

O objetivo deste estudo foi identificar o comportamento dos custos tributários suportados pelas empresas do setor de energia elétrica atuantes na BM&FBOVESPA frente a variação do montante da riqueza gerada. Para tanto, buscou-se identificar se as empresas que geram mais riqueza têm ônus tributário superior àquelas que geram menor riqueza.

Foi observado que tanto o custo tributário quanto o valor adicionado pelas empresas elevaram-se, em termos absolutos. Todavia, nos anos de 2010 e 2012 o aumento do custo tributário médio foi mais que proporcional à elevação do valor adicionado, o que foi consequência da elevação da carga tributária suportada pelas empresas do setor elétrico.

Através de testes de igualdade de médias, constatou-se a rejeição da  $H_0$ , ou seja, da igualdade de cargas tributárias entre as empresas que geram menor e maior riqueza. Assim, foi constatado que as empresas que geram valor adicionado em montantes superiores às demais são tributadas em percentuais inferiores às empresas que geram menor valor adicionado.

Estas constatações corroboram e ampliam as pesquisas de Bispo, Calijurri e Lima (2009) e Kronbauer *et al.* (2009). Em ambas, constata-se que as empresas maiores têm custos tributários inferiores às demais. Todavia, não confirma a hipótese levantada por Santos (2003) de que empresas que geram mais valor adicionado tendem a ser tributadas em percentuais superiores às demais.

Os resultados encontrados indicam que as empresas com maior geração de riqueza estão propensas a terem menores custos tributários do que as empresas que geram menos riqueza. Além disso, foi constatado que as empresas do setor elétrico têm custo tributário médio acima da carga tributária média nacional.

Esta pesquisa apresenta como limitação o fato de analisar apenas um segmento econômico e por não desmembrá-lo por atividades (geração, transmissão, distribuição e comercialização). Por conta disso, sugere-se para pesquisas futuras a investigação de mais segmentos para contribuir para a consolidação dos conhecimentos nesta área e uma investigação da tendência dentre as diferentes atividades desenvolvidas no setor elétrico.

Além disso, sugere-se para pesquisas futuras a análise comparativa da carga tributária das empresas e da média nacional em segmentos onde a geração de valor econômico é inferior ao setor elétrico.

### **Referências**

ALMEIDA, N. S.; MARTINS, V. F.; ALMEIDA, L. S. de; SOARES, M. J. F. A utilização da demonstração do valor adicionado na análise da produção e distribuição de riqueza entre os *stakeholders*: um estudo de caso da Petrobrás. *RIC - Revista de Informação Contábil*, Recife – PE, Vol. 3, nº 1, p. 134-148, Jan-Mar. 2009.

ALMEIDA, R. L. de; SILVA, A. H. C. e. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Uma análise de sua comparabilidade após tornar-se obrigatória no Brasil. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 19, n. 1, p. 95-110, Jan-Abr. 2014.

BISPO, J. de S.; CALIJURI, M. S. S.; LIMA, I. S. A importância dos dados contábeis para a relação entre carga tributária, tamanho e setor econômico das empresas brasileiras. *Revista de Informação Contábil*, v. 3, n. 3, p. 25-43, Jun-Set/2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014. *Contas Nacionais Trimestrais*. Disponível em: [[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val\\_201401\\_10.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_201401_10.shtm)]. Acesso em: 16 Ago. 2014.

BRASIL. Receita Federal do Brasil: subsecretaria de tributação e contencioso coordenação-geral de estudos econômico-tributários e de previsão e análise de arrecadação. *Carga Tributária no Brasil – 2012: análise por tributos e bases de incidência*. Brasília, DF, 2013. 35 p. Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/estudoTributarios/estatisticas/CTB2012.pdf>>. Acesso em: 16 Ago. 2014.

BRUNI, A. L. *SPSS aplicado à pesquisa acadêmica*. São Paulo: Atlas, 2009.

CABRAL, B. B. C. *A tarifa de energia elétrica e os encargos setoriais incidentes para financiar o desenvolvimento do setor bem como as políticas energéticas do governo federal*. 2012. 52 f. Monografia (Especialização em Direito Público). Instituto Brasiliense de Direito Público. São Paulo – SP. 2012.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M.. Caracterização da Pesquisa em Contabilidade. In. BEUREN, I. M. (Org). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COPEL, Companhia Paranaense de Energia. In. *IV Conferência do Setor Elétrico do Brasil*. 2013.

COSENZA, J. P.. A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, v. 14, p. 7-29, outubro. 2003.

CREPALDI, S. A. *Planejamento tributário: teoria e prática*. São Paulo: Saraiva, 2012.

COSTA, C. L. de O.; GUIMARÃES, T. R.; MELLO, L. C. B. de B.. Os possíveis benefícios gerados pela obrigatoriedade da publicação da Demonstração do Valor Adicionado pelas empresas de capital aberto. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 18, n. 3, p. 77-93, Set-Dez. 2013.

CUNHA, J. V. A. da. *Demonstração Contábil do Valor Adicionado – DVA – Um Instrumento de Mensuração da Distribuição da Riqueza das Empresas para os Funcionários*. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). Universidade de São Paulo. São Paulo – SP. 2002.

- CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. de S.; SANTOS, A. dos. A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 16, n. 37, p. 7-23, Jan-Abr. 2005.
- GALLO, M. F. *A relevância da abordagem contábil na mensuração da carga tributária das empresas*. 2007. 400 f. Tese de doutorado (Doutorado em Contabilidade e Controladoria). Universidade de São Paulo. São Paulo – SP. 2007. 407 p.
- KROETZ, C. E. S.; NEUMANN, M. Responsabilidade Social e a Demonstração do Valor Adicionado. *Desenvolvimento em Questão*, v. 6, n. 11, p. 153-178, Jan-Jun. 2008.
- KRONBAUER, C. A.; SOUZA, M. A.; OTT, E.; COLLET, C. J. Evidenciação e análise de carga tributária: um estudo em empresas brasileiras do setor de energia elétrica. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 3, n. 7, art. 1, p. 3-24, Set-Dez. 2009.
- LORANDI, J. A.; ALEXANDRE, C. L. Demonstração do valor adicionado: um estudo bibliométrico nas revistas nacionais de contabilidade constantes no portal da capes. In: *V CONGRESSO ANPCONT*, 2011. Vitória – ES.
- MARION, J. C. *Contabilidade empresarial*. São Paulo: Atlas, 2009. 529 p.
- MIRANDA, L. C.; SILVA, A. P. F da; RAMOS, W. de J. de O.; SOUZA, E. X. Análise financeira da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) das empresas do setor elétrico brasileiro. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 13, n. 3, p. 71-92, Dez. 2002.
- PÊGAS, P. H. *Manual de contabilidade tributária*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Caracterização da Pesquisa em Contabilidade. In: BEUREN, I. M. (Org). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- RESOLUÇÃO CFC Nº 1138/08 - Aprova a NBC TG 09 – *Demonstração do Valor Adicionado*. DOU 28 nov. 2008. Alterações dadas pelas Resoluções 1162/09. DOU 31 mar. 2009 e 1329/11. DOU 22 mar. 2011.
- SANTOS, A. dos. *Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA*. São Paulo – SP: Atlas, 2003. 266 p.
- SANTOS, A. dos; HASHIMOTO, H. Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre a carga tributária. *Revista Administração da Universidade de São Paulo*, São Paulo – SP, v. 38, n.2, p.153-164, Abr-Jun. 2003.
- SANTOS, M. I. da C.; SILVA, M. S. da. Utilização da Demonstração do Valor Adicionado - DVA como ferramenta na medição da riqueza no setor de telefonia no Brasil. *Pensar Contábil*, v. 11, n. 46, art. 5, p. 39-45, Out-Dez. 2009.
- SILVA, A. C. R. de. *Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses*. São Paulo: Atlas, 2003.
- SILVA, V. R.; SOUZA, M. E. de E.; SILVA, E. C. Demonstração do Valor Adicionado: a importância de conhecer a entidade e seu valor de contribuição na sociedade. *Pensar Contábil*, v. 7, n. 27, p. 1-13. 2005.
- SZYMCZAK, M.; LEÃO, S. E. A importância da demonstração do valor adicionado (DVA) no ambiente econômico e social brasileiro. *Revista Contabilidade & Amazônia*, Sinop – MT, v. 2, n. 1. 2009.
- TINOCO, J. E. P. *Balanço Social: Uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. São Paulo – SP: Atlas, 2009. 243 p.